



# LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. ....	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. ....	15
3 Domínio da ortografia oficial. ....	42
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. ....	59
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. ....	83
5.4 Emprego dos sinais de pontuação. ....	154
5.5 Concordância verbal e nominal. ....	162
5.6 Regência verbal e nominal. ....	178
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. ....	189
5.8 Colocação dos pronomes átonos. ....	197
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. ....	204
6.1 Significação das palavras. ....	217
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. ....	230
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. ....	240
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. ....	248

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1 Noções de sistema operacional (ambiente Windows). ....	1
2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office). ....	39
3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). 3.3 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.4 Grupos de discussão. 3.5 Redes sociais. 3.6 Computação na nuvem. ....	145
4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. ....	284
5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. ....	300

# NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

1 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações). ....	1
2 Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 11.416/2006 e suas alterações). ....	51
3 Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) e suas alterações. ....	57
4 Ética no Serviço Público. ....	68
4.1 Ética e moral. ....	75
4.2 Ética, princípios e valores. ....	83
4.3 Ética e democracia: exercício da cidadania. ....	86
4.4 Ética e função pública. ....	89
4.5 Resolução TRE/PA nº 5.389/2017. ....	92



# REGIMENTO INTERNO DO TRE-PA

1. Resolução nº 2.909/2002 (publicada no DOE de 14.2.2002), com as alterações posteriores. .... 1

## DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, ratificada, no âmbito do direito interno, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. .... 1

2 A constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência. A política nacional para a integração das pessoas com deficiência; diretrizes, objetivos e instrumentos. 3 Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999, e suas alterações. As responsabilidades do Poder Público. Educação. Saúde. Formação profissional e do trabalho. Recursos humanos. Edificações. A criminalização do preconceito. As categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla. .... 21

4 Lei nº 10.048/2000, e suas alterações (Prioridade de atendimento) posteriores. Lei nº 10.098/2000, e suas alterações (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida) . .... 45

5 O Decreto nº 5.296/2004, e suas alterações. .... 55

6 Reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. 7. A ação civil pública para a tutela jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos das pessoas com deficiência. .... 73

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.4.1 Métodos, princípios e limites ..... 1

2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado..... 20

3 Princípios fundamentais..... 27

4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 4.3 Direitos sociais. 4.4 Nacionalidade. 4.5 Direitos políticos. 4.6 Partidos políticos. .... 33

5 Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7 Territórios. .... 85

6 Administração Pública. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Servidores públicos. .... 107

7 Organização dos poderes no Estado. 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 7.2 Poder legislativo. 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 7.2.2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.2.3 Tribunal de Contas da União (TCU). 7.2.4 Processo legislativo. 7.2.5 Prerrogativas parlamentares. .... 122

7.3 Poder Executivo. 7.3.1 Presidente da República. 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 7.3.2 Ministros de Estado. 7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional. .... 158

7.4 Poder Judiciário. 7.4.1 Disposições gerais. 7.4.2 Órgãos do Poder Judiciário. 7.4.2.1 Organização e competências. 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). .... 172

8 Funções essenciais à Justiça. 8.1 Ministério Público. 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências. 8.2 Advocacia Pública. 8.3 Defensoria Pública..... 194

# SUMÁRIO



9 Controle da constitucionalidade. 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.2 Controle incidental ou concreto. 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas. ....	<b>206</b>
9.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. ....	<b>216</b>
9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal. ....	<b>238</b>
10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. ....	<b>239</b>
11 Finanças públicas. 11.1 Normas gerais. 11.2 Orçamentos. ....	<b>255</b>
12 Ordem econômica e financeira. 12.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13 Sistema Financeiro Nacional. ....	<b>268</b>

## DIREITO ELEITORAL

1 Conceito e fontes.....	<b>1</b>
2 Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o Capítulo IV do Título I da Constituição Federal em seus arts. 14 a 17.....	<b>5</b>
3 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral) .....	<b>8</b>
4 Organização da Justiça Eleitoral: composição e competências .....	<b>78</b>
5 Ministério Público Eleitoral: atribuições.....	<b>83</b>
6 Alistamento eleitoral. 6.1 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações. 6.2 Lei nº 6.996/1982 e suas alterações. 6.3 Lei nº 7.444/1985. 6.4 Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.538/2003. 6.5 Ato e efeitos da inscrição. 6.6 Segunda via. 6.7 Transferência e encerramento. 6.8 Delegados partidários perante o alistamento. 6.9 Cancelamento e exclusão de eleitor. 6.10 Revisão e correção eleitorais. 7 Domicílio eleitoral.....	<b>86</b>
8 Elegibilidade. 8.1 Conceito e condições. 8.2 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (Inelegibilidade). 8.3 Fatos geradores de inelegibilidade. 8.4 Incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade. 9 Impugnação de registro de candidatura. 9.1 Competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações .....	<b>116</b>
10 Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei nº 9.096/1995 e suas alterações): conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, caráter nacional, funcionamento parlamentar, programa, estatuto, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, finanças e contabilidade, prestação de contas e sanções dela decorrentes, fundo partidário, acesso gratuito ao rádio e à televisão, propaganda partidária .....	<b>131</b>
11 Eleições (Código Eleitoral, Lei nº 9.504/1997 e suas alterações). 11.1 Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional, disposições gerais. 11.2 Coligações. 11.3 Convenções para escolha de candidatos. 11.4 Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. 11.5 Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções. 11.6 Prestação de contas de campanha. 11.7 Pesquisas e testes pré-eleitorais. 11.8 Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504/1997 e suas alterações). 11.8.1 Propaganda na imprensa escrita, no rádio, na televisão, na Internet e por outros meios. 11.8.2 Direito de resposta. 11.8.3 Condutas vedadas em campanhas eleitorais. 11.8.4 Propaganda eleitoral extemporânea e propaganda irregular (multa). 11.8.5 Representação por conduta vedada. 11.9 Eleições. 11.9.1 Atos preparatórios da votação. 11.9.2 Seções eleitorais. 11.9.3 Mesas receptoras. 11.9.4 Fiscalização das eleições. 11.9.5 Polícia os trabalhos eleitorais. 11.9.6 Início da votação. 11.9.7 O ato de votar. 11.9.8 Voto no exterior. 11.9.9 Encerramento da votação. 11.9.10 Órgãos apuradores. 11.9.11 Apuração nas juntas eleitorais, nos tribunais regionais e no Tribunal Superior Eleitoral. 11.9.12 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 11.9.13 Privilégios e garantias eleitorais: aspectos gerais, liberdade no exercício do sufrágio, fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais - Lei nº 6.091/1974 e suas alterações.	



11.9.14 Impugnações e recursos. 11.9.15 Nulidades da votação. 11.10 Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. 11.11 Recursos eleitorais. 11.11.1 Cabimento, pressupostos de admissibilidade, processamento, efeitos e prazos. 11.11.2 Recursos perante juntas e juízos eleitorais, tribunais regionais e Tribunal Superior. 11.12 Disposições finais da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. 11.13 Dever eleitoral: sanções ao inadimplemento, isenção, justificção pelo não comparecimento à eleição. 11.14 Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral. 11.14.1 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (investigação judicial eleitoral). 11.14.2 Representação por captação ilícita de sufrágio (art. 41- da Lei nº 9.504/1997). 11.14.3 Recurso contra a expedição de diploma. 11.14.4 Ação de impugnação de mandato eletivo .....	<b>148</b>
12 Crimes eleitorais. 12.1 Crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, na Lei Complementar nº 64/1990 e na Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. 12.2 Processo penal eleitoral: ação penal, competência em matéria criminal eleitoral, rito processual penal eleitoral com aplicação subsidiária do Código de Processo Penal. 12.3 Lei nº 11.300/2006 e suas alterações (Lei da Minirreforma Eleitoral). 13 Lei nº 12.034/2009.....	<b>216</b>
14 Lei nº 13.165/2015.....	<b>231</b>

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo. 1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo. ....	<b>1</b>
2 Administração Pública. 2.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. 2.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. ....	<b>7</b>
3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. ....	<b>13</b>
3.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. 3.3 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública. 3.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>17</b>
4 Organização administrativa. 4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 4.2 Administração direta. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação. 4.3 Administração indireta. 4.3.1 Conceito. 4.3.2 Autarquias. 4.3.3 Agências reguladoras. 4.3.4 Agências executivas. 4.3.5 Fundações públicas. 4.3.6 Empresas públicas. 4.3.7 Sociedades de economia mista. 4.3.8 Consórcios públicos. 4.4 Entidades paraestatais e terceiro setor. 4.4.1 Serviços sociais autônomos. 4.4.2 Entidades de apoio. 4.4.3 Organizações sociais. 4.4.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). 4.5 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>29</b>
5 Atos administrativos. 5.1 Conceito. 5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. 5.3 Requisitos ou elementos. 5.4 Atributos. 5.5 Classificação. 5.6 Atos administrativos em espécie. 5.7 Extinção dos atos administrativos: revogação, anulação e cassação. 5.8 Convalidação. 5.9 Vinculação e discricionariedade. 5.10 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. 5.11 Decadência administrativa. 5.12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>54</b>
6 Processo administrativo. 6.1 Lei nº 9.784/1999. 6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis. 6.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>73</b>
7 Poderes e deveres da administração pública: 7.1 Poder regulamentar. 7.2 Poder hierárquico. 7.3 Poder disciplinar. 7.4 Poder de polícia. 7.5 Dever de agir. 7.6 Dever de eficiência. 7.7 Dever de probidade. 7.8 Dever de prestação de contas. 7.9 Uso e abuso do poder. 7.10 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>94</b>
8 Licitações. 8.1 Legislação pertinente. 8.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. ....	<b>105</b>
8.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. ....	<b>193</b>
8.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços). ....	<b>216</b>
8.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). .....	<b>228</b>

# SUMÁRIO



8.1.5 Fundamentos constitucionais. 8.2 Disposições doutrinárias. 8.2.1 Conceito. 8.2.3 Objeto e finalidade. 8.2.4 Destinatários. 8.2.5 Princípios. 8.2.6 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 8.2.7 Modalidades. 8.2.8 Tipos. 8.2.9 Procedimento. 8.2.10 Anulação e revogação. 8.2.11 Sanções administrativas. 8.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 9 Contratos administrativos. 9.1 Legislação pertinente. 9.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 9.1.2 Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos). 9.2 Disposições doutrinárias. 9.2.1 Conceito. 9.2.2 Características. 9.2.3 Vigência. 9.2.4 Alterações contratuais. 9.2.5 Execução, inexecução e rescisão. 9.2.6 Convênios e instrumentos congêneres. 9.2.7 Consórcios públicos. 9.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>254</b>
10 Controle da Administração Pública. 10.1 Conceito. 10.2 Classificação das formas de controle. 10.2.1 Conforme a origem. 10.2.2 Conforme o momento a ser exercido. 10.2.3 Conforme a amplitude. 10.3 Controle exercido pela Administração Pública. 10.4 Controle legislativo. 10.5 Controle judicial. 10.6 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ...	<b>276</b>
11 Improbidade administrativa: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>290</b>
12 Agentes públicos: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. ....	<b>291</b>

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1 As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado. 1.1 Reforma do Serviço Civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e Reforma do Aparelho do Estado. ....	<b>1</b>
2 Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático. 2.1 O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador. ....	<b>7</b>
3 Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público. ....	<b>23</b>
3.1 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. ....	<b>35</b>
4 Governo eletrônico. ....	<b>40</b>
4.1 Transparência da administração pública. ....	<b>52</b>
4.2 Controle social e cidadania. ....	<b>57</b>
4.3 Accountability. ....	<b>63</b>
5 Excelência nos serviços públicos. ....	<b>63</b>
5.1 Gestão por resultados na produção de serviços públicos. ....	<b>69</b>
5.2 Gestão de Pessoas por Competências. ....	<b>74</b>
6 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais. ....	<b>89</b>
7 Administração de pessoal. ....	<b>101</b>
7.1 Noções de SIAPE. ....	<b>116</b>
8 Administração de compras e materiais processos de compras governamentais e gerência de materiais e estoques. ....	<b>118</b>
8.1 Noções de SIASG. ....	<b>151</b>
9 Governabilidade e governança. 9.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo). ....	<b>155</b>
10 Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva. ....	<b>162</b>
11 Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas. ....	<b>163</b>
12 As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo. 12.1 Descentralização e democracia. 12.2 Participação, atores sociais e controle social. 12.3 Gestão local, cidadania e equidade social. ....	<b>178</b>
13 Planejamento e avaliação nas políticas públicas: conceitos básicos de planejamento. 13.1 Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros. 13.2 Formulação de programas e projetos. 13.3 Avaliação de programas e projetos. 13.4 Tipos de avaliação. 13.5 Análise custo-benefício e análise custo efetividade. ....	<b>186</b>

# SUMÁRIO



# ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1 O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. 1.1 Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. 1.2 Funções do orçamento público. 2 Orçamento público. 2.1 Conceito 2.2 Técnicas orçamentárias. 2.3 Princípios orçamentários. 2.4 Ciclo orçamentário. 2.5 Processo orçamentário. ....	1
3 O orçamento público no Brasil. 3.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal. 3.2 Plano plurianual. 3.3 Diretrizes orçamentárias. 3.4 Orçamento anual. 3.5 Outros planos e programas. 3.6 Sistema e processo de orçamentação. 3.7 Classificações orçamentárias. 3.8 Estrutura programática. 3.9 Créditos ordinários e adicionais. ....	37
4 Programação e execução orçamentária e financeira. 4.1 Descentralização orçamentária e financeira. 4.2 Acompanhamento da execução. 4.3 Sistemas de informações. 4.4 Alterações orçamentárias.....	80
5 Receita pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Fontes. 5.4 Dívida ativa. ....	110
6 Despesa pública. 6.1 Conceito e classificações. 6.2 Estágios. 6.3 Restos a pagar. 6.4 Despesas de exercícios anteriores. 6.5 Dívida flutuante e fundada. 6.6 Suprimento de fundos. ....	133
7 Lei de Responsabilidade Fiscal. 7.1 Conceitos e objetivos. 7.2 Planejamento. 7.3 Receita Pública. 7.4 Despesa Pública. 7.5 Dívida e endividamento. 7.6 Transparência, controle e fiscalização.....	169

## NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1 Código Civil: Das pessoas: Pessoas Naturais.....	1
2 Pessoas Jurídicas: Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.....	19
3 Domicílio Civil. ....	29
4 Dos Fatos Jurídicos: Requisitos de validade do fato jurídico.....	34
5 Prescrição e Decadência. ....	58
6 Responsabilidade Civil.....	66

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Das Normas Fundamentais do Processo Civil. 2 Da Aplicação das Normas Processuais. ....	1
Da Jurisdição e da Ação. 3 Dos Limites da Jurisdição Nacional. 4 Da Cooperação Internacional. ....	7
5 Da Competência. 6 Da Cooperação Nacional. ....	19
7 Das Partes e Dos Procuradores. ....	30
8 Do Litisconsórcio. ....	47
9 Da Intervenção de Terceiros. 10 Da Assistência. 11 Da Denúnciação da Lide. 12 Do Chamamento ao Processo. 13 Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. 14 Do Amicus Curiae .....	51
15 Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. ....	60
16 Do Ministério Público. ....	76
17 Da Advocacia Pública. ....	79
18 Da Defensoria Pública. ....	82
19 Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais. ....	85
20. Do Julgamento Conforme o Estado do Processo. ....	101
21 Da Audiência de Instrução e Julgamento. ....	104



22 Das Provas. ....	107
23 Da Sentença e da Coisa Julgada. ....	130
24 Da Restauração de Autos. ....	140
25 Do Processo de Execução. 26 Da Responsabilidade Patrimonial. 27 Das Diversas Espécies de Execução. ....	142

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1 Crime e contravenção .....	1
2 Elementos do crime. 3 Relação de causalidade. 4 Crime tentado e crime consumado. 5 Dolo e Culpa. 6 Causas de exclusão de culpabilidade. 7 Erro. 8 Coação irresistível. 9 Obediência hierárquica. ....	11
10 Crimes contra a Administração Pública. ....	53
11 Atos de improbidade praticados por agentes públicos e sanções aplicáveis. ....	101
12 Efeitos da condenação penal. ....	112
13 Crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e Decreto-lei nº 201/67) .....	115

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Sujeitos da relação processual. ....	1
2 Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. 3 Ação penal pública: titularidade, condições de procedibilidade. 4 Ação penal privada: titularidade. 5 Extinção da punibilidade. ....	13
6 Forma, lugar e tempo dos atos processuais. ....	24
7 Da sentença: requisitos, classificação, publicação e intimação, efeitos civis da sentença penal. ....	28
8 Das nulidades. ....	36
9 Dos recursos: modalidades e princípios da fungibilidade. ....	46
10 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. ....	68

# SUMÁRIO